

evolução histórica dos grupos empresariais da agroindústria canavieira paulista*

Pedro Ramos

IE/Unicamp

Tamás Szmrecsányi

IG/Unicamp

RESUMO

Análise da evolução dos grupos empresariais que controlaram e controlam a produção de cana e de seus derivados no Estado de São Paulo, mostrando a participação deles em três subperíodos. O primeiro, que vai do final do Século XIX ao ano de 1930, no qual se destacou uma forte participação do capital estrangeiro, caracterizou-se pela presença de alguns grandes grupos nacionais e de diversos pequenos produtores isolados. No segundo período (1930-1990), marcado pela intervenção estatal, deu-se a formação e o crescimento de diversos grupos constituídos por famílias de imigrantes italianos e/ou seus descendentes, num estreito vínculo com a produção de equipamentos e com a comercialização centralizada. No último período (a partir de 1990), houve uma subdivisão no interior destes grupos e o surgimento de novos, assim como o incipiente retorno do capital estrangeiro, no contexto de um novo ambiente competitivo após a desregulamentação estatal.

Palavras-chave: agroindústria canavieira, grupos empresariais, Estado de São Paulo, concorrência oligopolista, intervenção estatal.

ABSTRACT

Analysis of the evolution of the business groups which have been controlling the production of sugarcane and its derived commodities in the state of São Paulo, showing their changing participation in three periods. The first, which lasted from the end of the 19th century to the year 1930, witnessed a strong participation of foreign capital, together with the presence of some large national groups and various isolated small producers. In the second period (1930-1990), characterized by state intervention, there was an emergence and expansion of numerous new groups, formed by Italian immigrants and/or their descendants, linked with the local production of industrial equipment and a centralized commercialization system. The last one (from 1990 on) has been featured by a subdivision within these groups and the entry of a few others, together with an incipient return of foreign capital, in the context of increased competition which followed the industry's deregulation.

Key words: sugarcane agroindustry, business groups, São Paulo state, oligopolistic competition, state intervention.

* Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no seminário internacional "La Empresa en la América Ibérica, España y Portugal", realizado em Monterrey, México, em fevereiro de 2002.

Desde o início da década de 1950, o Estado de São Paulo é o maior produtor de cana, açúcar e álcool do Brasil — uma posição até então ocupada pelos Estados nordestinos, notadamente o de Pernambuco. A agroindústria canavieira constitui atualmente um dos principais setores de atividades da economia paulista, algo que pode ser empiricamente constatado através da superfície das áreas cultivadas com cana-de-açúcar, dos valores da produção agrícola e industrial dela resultantes, do número de empregos gerados, e do vulto dos capitais nelas investidos. Esta situação não surgiu de uma hora para outra, mas foi o resultado de um processo cumulativo ao longo do tempo, cujas origens remontam ao final do século XIX.¹

Uma peculiaridade desse desenvolvimento em termos internacionais vincula-se ao fato de ter girado, desde início, em torno das usinas — isto é, de unidades produtivas verticalmente integradas, baseadas na concentração da propriedade fundiária e tendentes a uma crescente (mas nem sempre contínua) centralização de capitais. Essas unidades concentradoras da oferta de cana, açúcar e álcool abrangem tanto as atividades agrícolas como as industriais do setor. Ao contrário do que ocorre em outros países produtores de açúcar de cana, onde tem predominado unidades fabris do tipo *centrales*, que comprem sua matéria-prima de produtores agrícolas, praticamente inexistente na agroindústria canavieira do Brasil uma divisão técnica e social do trabalho entre a agricultura e a indústria. Em nosso país são as usinas que concentram ambas, detendo assim tanto o monopólio da terra como o monopólio da força de trabalho rural. Esses traços vêm perdurando há muito tempo, pois já estavam presentes no sistema produtivo dos latifúndios escravistas dos engenhos coloniais.²

Tratava-se então, como ainda se trata hoje, de sistemas e empreendimentos integrados, nos quais não há núcleos e periferias, já que as usinas configuram em si o próprio sistema. Tudo gira em torno delas e dos usineiros, da mesma forma que na época da Colônia tudo girava em torno dos engenhos e dos senhores-de-engenho, proprietários das terras e dos escravos. Isso não quer dizer, porém, que tenha deixado de haver mudanças; antes pelo contrário, as mudanças foram bastante numerosas e profundas, embora em sua maioria externas ao sistema pro-

¹ Veja-se a respeito Szmrecsányi & Veiga Filho, 1999, e Oliver & Szmrecsányi, 2000.

² As razões dessa permanência do mesmo sistema estão devidamente analisadas em Ramos, 1999.

duto da agroindústria canavieira. Com a expansão do café e de outras culturas, tanto de exportação como voltadas para o mercado interno e, principalmente, com o processo de industrialização, ela deixou de constituir a principal atividade produtiva do País. Seus empresários, os usineiros, passaram a ter que dividir e disputar o poder econômico, político e social com empresários de outros ramos. Ao mesmo tempo, houve também mudanças de natureza regional, como a já citada transferência da hegemonia canavieira do Nordeste para São Paulo, resultante da maior potencialidade do seu mercado interno e da maior capitalização de seu empresariado.

Neste trabalho iremos examinar um outro conjunto de mudanças, basicamente internas ao setor, procurando acompanhar a evolução histórica dos grupos empresariais que, em diferentes épocas, foram assumindo o controle da agroindústria canavieira paulista. Esta, desde o final do século XIX, nunca deixou de girar em torno das usinas e de se identificar cada vez mais com elas. Mas, por outro lado, não há dúvidas de que suas empresas e seus empresários foram se transformando através do tempo, deixando entrever uma sucessão de tipos de estrutura, de funcionamento e de organização empresariais, a qual, por sua vez, permite diferenciar pelo menos três situações específicas e distintas entre si, a saber: anterior à década de 1930; dominante entre os anos trinta e noventa do século XX; e a atual, de transição, que teve início na década de 1990 e ainda se acha em pleno desenvolvimento.³

Origens e início do processo

Devido à expansão, primeiro da economia agroexportadora do café, e posteriormente da economia urbana e industrial que dela se originou,⁴ O Estado de São Paulo passou a dispor, desde o final do século XIX, de

³ Esta última é uma situação de crise profunda, que está promovendo grandes mudanças tanto no número como na organização das empresas do setor. Nesse contexto não pode ser descartada liminarmente a hipótese de que tais mudanças acabarão atingindo e afetando a própria estrutura setorial, induzindo nela uma separação, até agora inexistente, entre as atividades agrícolas e industriais, e dando origem a uma divisão de trabalho entre as mesmas, nos moldes das já existentes em outros setores agroindustriais do País.

⁴ Esses processos históricos foram bem estudados por numerosos autores, podendo se destacar, entre outros, os trabalhos de Milliet, 1946, Monbeig, 1952, Silva, 1976 e Cano, 1977.

um amplo e crescente mercado regional para os produtos derivados da cana-de-açúcar. Estes produtos envolviam na época, além do açúcar (um gênero alimentício de primeira necessidade), a aguardente de cana (de amplo consumo entre as classes trabalhadoras), que foi historicamente muito importante na gênese e na evolução inicial da agroindústria canavieira paulista. A crescente demanda de álcool só iria surgir mais tarde, como resultado da implantação de indústrias químicas e farmacêuticas no Estado.

Ao lado destes fatores econômicos favoráveis, que foram se acentuando em termos relativos através das sucessivas crises de superprodução da lavoura cafeeira, cumpre mencionar as condições ecológicas propícias ao cultivo da cana-de-açúcar em várias regiões do Estado e o constante apoio do governo estadual a essa modalidade de diversificação da economia agrícola, como elementos determinantes do ressurgimento da agroindústria canavieira paulista a partir do início do regime republicano.⁵

O açúcar, a aguardente e o álcool produzidos em São Paulo naquele tempo tinham como concorrentes os produtos similares trazidos do Nordeste e gravados com elevados custos de transporte.⁶ A substituição dessas importações pela produção paulista teria que ocorrer mais cedo ou mais tarde. Na verdade, a contínua ampliação do cultivo da cana e da produção de seus derivados em São Paulo só chegou a ser temporariamente interrompida por um surto de mosaico na década de 1920. A rápida e eficiente debelação dessa praga na segunda metade daquela década e o progressivo aumento da produção de álcool foram os fatores fundamentais dos grandes avanços ocorridos desde então no Estado.⁷

Mas, os progressos já haviam sido bastante grandes antes disso: entre os anos-safra de 1894/95 e 1924/25, o número de usinas em território paulista cresceu mais de três vezes, passando de cinco a 17. Na segunda metade dos anos vinte, houve o fechamento de uma e o acréscimo de mais três, chegando-se a um total de 19 no ano-safra de 1929/30.

⁵ Antes da expansão do café em São Paulo a partir de meados do século XIX, a agroindústria canavieira já havia sido o principal setor econômico da então Província. Além dos trabalhos mencionados na nota 1, veja-se a este respeito o livro de Petrone, 1968, e o artigo de Szmrecsányi, 1992.

⁶ No ano-safra 1900/01, as importações de açúcar de outros Estados correspondiam a quase dois terços (66,3%) do consumo aparente total de São Paulo, estimado em 757.136 sacas de 60 kgs.

⁷ Veja-se a respeito a dissertação de mestrado de Oliver, 2001.

Durante toda a Primeira República (1890-1930), essa agroindústria canvieira foi liderada por uma empresa de capital estrangeiro: a Société des Sucreries Brésiliennes, dona de quatro usinas em território paulista e mais duas no Estado do Rio de Janeiro.⁸ Quase todas as demais usinas pertencentes a empresários locais, tiveram origem inicialmente na economia cafeeira, seja por diversificação de suas atividades, seja por mudança de ramo.⁹ Um fator que certamente influenciou nesse processo foi a contínua e substancial elevação dos preços internos do açúcar, da aguardente e do álcool¹⁰ vis-à-vis as constantes flutuações e tendências baixistas do café no mercado internacional. Esse contraste manifestou-se com grande intensidade na época da primeira Guerra Mundial e manteve-se praticamente inalterado no pós-Guerra, até o final dos anos vinte.

Embora as evidências estejam dispersas e não possam ser comparadas umas com as outras, as informações disponíveis em relatórios oficiais dão a perceber algumas importantes mudanças estruturais e qualitativas no setor já durante o período anterior a 1930. Tomando-se como marcos de referência dois desses relatórios — o de Júlio Brandão Sobrinho, publicado em 1903, e o de José Vizioli, divulgado 23 anos mais tarde¹¹ — pode-se observar que houve nesse período, ao lado do grande aumento do número de usinas do Estado, uma relativa desconcentração de sua capacidade instalada e uma substancial diversificação de sua oferta, com todas as usinas passando a ser capazes de produzir não apenas açúcar, mas também aguardente e álcool.

Nos dados da tabela 1, relativos ao ano de 1901, pode-se observar que a participação das usinas na quantidade de cana moída, assim como no volume da produção de açúcar e de aguardente do Estado, ainda era muito pequena, montando respectivamente a 10,2%, 15,1% e 1,1% do total geral. Naquela época predominavam ainda de forma quase absoluta os engenhos e engenhocas. E, entre as usinas, havia uma nítida hegemonia das quatro pertencentes à Sucreries Brésiliennes, responsáveis por 78,4% da moagem de cana e da produção de açúcar das mesmas, e por 86,4%

⁸ Ver Picard, 1903 e Szmrecsányi, 1998.

⁹ Conforme Gnaccarini, 1972, pp. 66 e 135. Sobre esse tema, veja-se também a tese de livre-docência de Bray, 1989.

¹⁰ Conforme Queda, 1972, p. 86.

¹¹ Júlio Brandão Sobrinho, "Lavouras de Cana e de Algodão e Indústrias do Assucar e de Tecidos no Estado de São Paulo", *Boletim da Agricultura*, 4 (12) 1903, pp. 559-606; José Vizioli, "A Presente Situação da Indústria Assucareira no Estado de São Paulo", *Idem*, 27(10) e (11) 1926, pp. 330-355 e 399-423.

da produção de aguardente delas. Naquele ano, a usina de Porto Feliz estava renovando seu equipamento, mas a de Lorena já era menor que as usinas Freitas e Monte Alegre, ambas independentes da Sucreries.

Tabela 1. Produção da agroindústria canavieira paulista em 1901

Usinas (Localização)	Proprietários	Cana moída (t)	Açúcar (t)	Aguardente (1000 l)
Dumont (São Simão)	Henrique Dumont	4.304	240	40
Freitas (Araraquara)	Banco da República	13.400	840	56
Indaiá (Franca)	Augusto Ramos	nd	210	30
Lorena	Sucreries Brésiliennes	10.247	859	93
Monte Alegre (Piracicaba)	Antonio Alves de Carvalho	10.326	900	nd
Piracicaba	Sucreries Brésiliennes	53.390	4.136	490
Porto Feliz	Sucreries Brésiliennes	1.878	120	8
Villa Raffard (Capivary)	Sucreries Brésiliennes	36.373	2.815	211
Sub-Total		129.918	10.121	928
Engenhos & Engenhocas		1.150.000	57.000	80.000
TOTAL GERAL		1.279.918	67.121	80.928

Fonte: Brandão Sobrinho, 1903, pp.575-582.

Por sua vez, nos dados de 1926 da tabela 2, já se pode notar uma situação bem diversa daquele que vigorara 25 anos antes. As usinas eram então proprietárias de quase um terço dos canaviais do Estado, além de responsáveis por mais de 62% da sua produção de açúcar, e por 9,4% da sua produção de aguardente e álcool. Elas eram bem mais numerosas do que antes, fazendo com que a hegemonia das quatro usinas de Sucreries se tornasse bem menor. Com efeito, naquele ano, a empresa francesa possuía somente 21,3% dos canaviais das usinas, detinha 29,8% da capacidade moagem, e podia produzir menos de um terço do açúcar e apenas 30% do álcool e/ou aguardente das mesmas.

Os mais extensos canaviais pertenciam então à usina de Villa Raffard, da Sucreries, seguida pelas usinas Sta. Barbara, Amália, Fortaleza e Monte Alegre, todas independentes. Aquela mesma usina detinha igualmente a maior capacidade de moagem do Estado, seguida pela usina de Piracicaba, também pertencente à Sucreries. Mas, esta última já era então igualada neste particular pelas usinas Fortaleza, Junqueira, Monte Alegre e Sta. Barbara, todas independentes. E no que se refere à produção de açúcar, embora a usina de Villa Raffard fosse, mais uma vez, a maior, encontravam-se empatadas no segundo lugar as usinas de Piracicaba (da Sucreries), Junqueira e Sta. Barbara (independentes). Finalmente

com relação ao álcool e/ou à aguardente, a maior capacidade de produção continuava sendo a de Villa Raffard, vindo a seguir empatadas as de Piracicaba e Porto Feliz (ambas da Sucreries), junto com Fortaleza, Junqueira, Monte Alegre e Sta. Barbara (todas independentes).

Tabela 2. Capacidade instalada da agroindústria canavieira paulista em 1926 (24 horas de trabalho)

Usinas (Localização)	Proprietários	Canaviais (ha)	Moagem (t)	Açúcar (kg)	Álcool e/ou aguar- dente (l)
Albertina (Sertãozinho)	G. Schmidt & Irmãos	484	120	8.400	1.600
Amália (Santa Rosa)	Matarazzo & Cia.	2.199	600	45.000	7.800
Barbacena (Sertãozinho)	Bighetti & Biasi	484	150	9.720	1.800
Esther (Campinas)	S. A. Usina Esther	980	450	36.000	7.000
Fortaleza (Araraquara)	Refinadora Paulista	2.097	600	45.000	8.000
Gurupí (Araraquara)	Elias Villares Barbosa	121	30	1.800	300
Itahyquara (Caconde)	J. B. Lima Figueiredo	424	240	19.200	3.200
Junqueira (Igarapava)	F. Mamiano Junqueira	1.848	600	48.000	8.000
Lorena	Sucreries Brésiliennes	335	260	23.400	3.000
Miranda (Pirajuby)	S. A. Usina Miranda	548	240	16.800	3.000
Monte Alegre (Piracicaba)	Companhia União dos Refinadores	2.010	600	45.000	8.000
Pimentel (Jaboticabal)	Albano Pimentel	484	180	14.400	2.400
Piracicaba	Sucreries Brésiliennes	932	600	48.000	8.000
Porto Feliz	Sucreries Brésiliennes	303	550	46.740	8.000
Sta. Bárbara	S. A. Us. Sta. Bárbara	2.293	600	48.000	8.000
Sto. Antonio (Araraquara)	F. Cunha Junqueira	242	140	9.780	1.800
Schmidt (Sertãozinho)	G. Schmidt & Irmãos	532	300	21.000	4.000
Vassununga (Santa Rita)	S. A. Us. Vassununga	179	140	9.780	2.000
Villa Raffard (Capivary)	Sucreries Brésiliennes	2.463	700	59.460	9.900
Sub-total		18.945	7.060	555.480	95.800
Engenhos, Engenhocas & Fornecedores		41.495	Nd	330.000	919.680
TOTAL GERAL		60.440	Nd	885.480	1.015.480

Fonte: VIZIOLI, 1926, pp. 331-335.

As mudanças observáveis entre as duas tabelas iriam acentuar-se nos anos subsequentes, com as usinas continuando a apossar-se progressivamente da maior parte dos canaviais paulistas, e passando a responder pela quase totalidade da produção de açúcar e de álcool, apenas deixando para os engenhos e engenhocas uma decrescente produção de aguardente e rapadura,¹² e com as usinas independentes passando a superar as da

¹² Para o período post-1930, veja-se a este respeito o trabalho de Jambeiro, 1973.

Sucreries sob todos os aspectos, como veremos na próxima parte deste trabalho.¹³

O período entre 1930 e 1990

A crise de 1929 teve como um de seus principais efeitos, em São Paulo, a intensificação do movimento de busca de novas oportunidades de negócio para os recursos antes reservados para a expansão do complexo cafeeiro. Deve ser tido em conta que, enquanto o café era um produto de exportação da economia paulista, o açúcar era de mercado interno, sendo que grande parte de sua oferta no território paulista era proveniente do Nordeste, particularmente de Pernambuco.¹⁴ Nessa época, São Paulo, considerando-se a Capital e o Interior, exatamente em função do dinamismo gerado pelas exportações de café, já concentrava parte significativa do mercado interno brasileiro, sendo a outra área importante a da Capital da República, a cidade do Rio de Janeiro. Assim, é fácil perceber que as atividades agroindustriais do complexo canavieira passaram a representar um grande atrativo para uma utilização alternativa dos recursos (terra, capital e trabalho) até então reservados para futuras ampliações dos cafezais. Assim, os proprietários dos latifúndios paulistas, que detinham então enormes reservas de terras e uma disponibilidade de força-de-trabalho alimentada pela imigração, intensificaram seus investimentos na constituição de usinas de açúcar destinadas a abastecer os mercados local e regional.

Esta foi a principal razão da criação pelo Governo Federal da Comissão de Defesa da Produção Açucareira em 1931, e da sua transformação no Instituto do Açúcar e do Alcool em 1933. O controle governamental da oferta de açúcar no mercado interno tinha no impedimento da expansão paulista a sua dimensão principal: procurava-se evitar a entrada de novos produtores, com o que se poderia continuar garantindo a colocação do produto nordestino no mercado paulista. Como tal controle da oferta foi acompanhado de uma administração estabilizadora ou de defesa dos preços do açúcar, e logo depois também da cana, percebe-se claramente quão atrativa passou a ser a constituição de empresas desti-

¹³ Em boa parte baseada nas dissertações de mestrado de Pedro Ramos, 1983 e de Eduardo F. P. Moreira, 1989.

¹⁴ No ano-safra 1929/30, as importações paulistas do produto compreendiam mais de dois terços (68,7%) do consumo aparente total do Estado, cujo volume alcançava então 4.080.074 sacas.

nadas à exploração da produção de cana e de açúcar em São Paulo. A ação estatal preocupou-se também em reduzir a oferta de açúcar através do redirecionamento da moagem da cana para obtenção de álcool destinado ao uso como combustível. Chegou mesmo a promover a transformação ou conversão de açúcar em álcool. Isto explica porque alguns grupos adentraram o complexo produzindo não açúcar, mas álcool.

É fundamental ter em conta que essa ação estatal foi concebida para evitar novos entrantes, mas não para evitar que os produtores que já estavam no complexo transformassem suas unidades em fábricas mais adequadas e/ou maiores. Ou seja, não impedia a transformação de engenhos em usinas. Assim, esta ampliação e esta transformação foram os movimentos mais usuais dos grupos empresariais açucareiros entre 1931 e 1941. Ou seja, antes da sua generalização no conflito mundial.

Nesta época, quem dominava o abastecimento de açúcar em São Paulo eram ainda os mesmos grupos de comerciantes/refinadores, que, desde o início do Século XX, haviam se transformado também em grandes produtores, como foi apontado na parte anterior.¹⁵ Na primeira metade dos anos trinta, as usinas da Société e do grupo Morganti detinham quase metade da produção paulista de açúcar de usina (ver Tabela 3). Outros grupos importantes eram provenientes do complexo cafeeiro: seja da produção agrícola, seja do comércio exportador, seja ainda da exploração conjunta dessas atividades. Estes são os casos dos demais grupos que aparecem no primeiro período da Tabela 3.

O único grupo que tinha, nesse período, atividades econômicas mais diversificadas era o dos Matarazzo. Os oito primeiros grupos elevaram o total de sua produção em 25,6% entre 1930 e 1940 e somente em 12,6% entre 1940 e 1945, algo que pode ter decorrido de esgotamento da possibilidade de aproveitamento da capacidade produtiva instalada ou de sua ampliação nas mesmas unidades produtoras. Contudo, outro elemento explicativo encontra-se no fato de que o IAA permitia, conforme mencionado, a transformação de pequenos engenhos em usinas, e isso explica o grande crescimento do número de usinas do segundo para o terceiro período da tabela. Como se pode ver, o número de unidades dos maiores grupos permaneceu inalterado entre 1936 e 1960.

Contudo, há um outro importante aspecto a destacar. Como o IAA

¹⁵ Na média do quinquênio 1935-39, as compras de açúcar pelo Estado de São Paulo e Distrito Federal foram responsáveis por 58 % do volume total comercializado no mercado interno. Em 1945, São Paulo importou 79,5 % do que produziu; em 1961, este porcentual foi de 4,5 %. Ver Ramos, 2001a e 2001b.

criou uma estrutura para fiscalizar o respeito às quotas de produção estipuladas para cada unidade produtora — vale dizer, para cada usina — tornou-se prática comum o recurso, por parte de seus proprietários, a artifícios que disfarçassem a desobediência a tais quotas, com os excedentes sendo comercializados à revelia da Autarquia. Em outras palavras, pode-se afirmar que a produção das usinas, principalmente das menores, era maior do que mostram os dados oficiais. Tal prática perdurou por muito tempo. Da tabela 3 deve ainda ser destacado o grande crescimento da produção que ocorreu no pós-Guerra, especialmente nos anos cinqüenta, quando São Paulo tornou-se o maior produtor nacional a partir da safra de 1951/52.

Tabela 3. Os oito maiores grupos açucareiros paulistas, por períodos (1930-1935, 1946-1950 e 1956-1960)

Grupos	Períodos		1930 -1935		1936 1940		1946 -1950		1956-1960	
	N. Us.	% Prod.	N.Us.	% Prod.	N.Us.	% Prod.	N.Us.	% Prod.	N.Us.	% Prod.
1.Société S. Brésiliennes	04	28,2	03	24,8	03	14,1	03	7,3		
2.Morganti (Refinadora Pta.)	02	17,3	02	17,6	02	13,6	02	6,0		
3.F. M. Junqueira (Sucessores)	01	9,8	01	9,2	01	5,9	01	2,8		
4.Matarazzo	01	8,9	01	7,9	01	4,7	-	-		
5.Alves de Almeida	01	7,9	01	7,2	01	4,0	-	-		
6.Família Nogueira	01	5,7	01	5,1	01	3,6	-	-		
7.G. Schmidt & Irmãos	02	3,8	-	-	-	-	-	-		
8.Reis de Magalhães	01	3,5	01	3,5	-	-	-	-		
9.Francisco Frascino	-	-	01	3,3	-	-	-	-		
10.Irmãos Ometto	-	-	-	-	08	13,3	09	21,7		
11.Irmãos Biagi	-	-	-	-	02	3,3	02	3,5		
12.Grupo Dedini	-	-	-	-	-	-	06	5,5		
13.Família Marchesi	-	-	-	-	-	-	03	3,3		
14. Zillo-Lorenzetti	-	-	-	-	-	-	02	3,6		
% OITO GRUPOS	41,9	85,2	33,3	78,5	25	62,5	29,5	53,6		
TOTAL ESTADO (n.) (t)	31	102.527	33	139.774	76	353.156	95	1.220.496		

Fonte: Ramos, 1983, diversas páginas.

A Segunda Guerra Mundial afetou irreversivelmente a eficácia da ação estatal. Como esse conflito teve na luta submarina um componente importante, o abastecimento de São Paulo com açúcar nordestino vindo pelo mar foi interrompido, obrigando o IAA a permitir a instalação de pequenas unidades produtoras no território paulista, as quais deveriam ser fechadas posteriormente e/ou mantidas como tais depois que se normalizasse aquele abastecimento. Isto, porém, não ocorreu: em 1946, por pressão dos produtores paulistas, o IAA teve que abrir mão de seu

planejamento de controle da oferta, permitindo que uma enorme quantidade de pequenas quotas de produção (de 400 sacos!), registradas entre 1941 e 1945, pudessem ser unificadas pelos interessados em constituir fábricas, o que deu origem a um número bastante significativo de pequenas usinas entre 1946 e 1951. Ou seja, formaram-se e adentraram a produção açucareira paulista novos grupos empresariais a partir de famílias proprietárias de terras — seja em regiões já antigas produtoras, seja especialmente em novas regiões, que também passaram a ter os seus canaviais.¹⁶

A maior parte destes grupos tinham por base constitutiva originária famílias de imigrantes italianos e seus descendentes, que haviam adentrado o País no final do Século XIX e no início do Século XX, e os quais, seja com base em recursos trazidos na viagem, seja principalmente com base em recursos amealhados como "colonos", puderam comprar pequenas propriedades fundiárias. Estas foram sendo progressivamente ampliadas, tanto em função das crises de preços do café, como por força de adversidades climáticas (que obrigavam a subdivisão de latifúndios onerados por hipotecas), e também por meio do mercado de terras que se foi constituindo em São Paulo — especialmente nas áreas de ocupação mais antiga, mas também nos núcleos que foram sendo formados nas áreas de fronteira agrícola. Tais imigrantes e suas famílias, podiam, como trabalhadores livres do café, utilizar áreas previamente delimitadas pelos proprietários dos latifúndios a que estavam vinculados para a produção de bens agropecuários e comercializar uma parte não desprezível de tais bens em mercados próximos.

O caso do grupo constituído pelos Irmãos Ometto é o exemplo mais nítido desta trajetória. Sua participação no complexo produtor de derivados da cana já estava se dando desde o início do século XX — seja como produtor de aguardente, seja como produtor de açúcar bruto. Nos anos trinta, tornou-se produtor de açúcar de usina, e até de álcool. Mas, foi somente na década de 1950 que veio a assumir uma posição de destaque entre os maiores grupos empresariais produtores de açúcar de usina em São Paulo. Ainda não aparecia entre os oito maiores no final da Segunda Guerra mas, dez anos depois, já se havia transformado no

¹⁶ Em 1940 havia, no interior dos latifúndios paulistas, mais de treze milhões de hectares de matas e de pastagens, tanto naturais como artificiais, e de terras não-exploradas ou incultas. Este número continuou sendo praticamente o mesmo em 1950, devido à formação de novos estabelecimentos agropecuários entre aqueles anos.

maior grupo usineiro paulista, uma evidência de que sua estratégia de crescimento foi muito bem sucedida. Partindo de pequenas fábricas, burlando as quotas que eram atribuídas a elas, e atraindo outros produtores agrícolas como seus fornecedores, ou mesmo como sócios de suas unidades produtoras, sempre formadas como sociedades anônimas de capital fechado, pôde expandir seus negócios para diversas regiões de São Paulo. As dez fábricas dos Irmãos Ometto, entre 1951 e 1956, produziram em média 13.258 t de açúcar, enquanto que as três do grupo francês Societé des Sucreries produziram 20.549 t, e as duas do grupo Morganti produziram 27.935 t.

Evidentemente, não se pode menosprezar a importância da experiência e do conhecimento técnico que esse grupo de irmãos acumulou na produção de cana e de seus derivados. A enorme expansão da produção de açúcar em São Paulo não pode ser devidamente compreendida se não se levar em conta o fato de que, no Estado de São Paulo se havia estabelecido uma indústria produtora de máquinas e equipamentos, tanto para as atividades processadoras da cana e obtenção de açúcares mais finos, como para diversas atividades relacionadas à colheita, ao carregamento e à recepção da cana na usina. Estas ocorrências foram mais uma vez particularmente importantes para a trajetória do grupo dos Irmãos Ometto. Desde o início dos anos trinta, estabeleceu-se um vínculo, inclusive de parentesco, entre um destes irmãos e o primeiro grupo que se formou naquela indústria — o Grupo Dedini (localizado em Piracicaba) — o qual expandiu continuamente suas atividades e, num movimento de diversificação, constituiu uma base produtiva composta de um conjunto de empresas que passaram a oferecer uma variedade de equipamentos e máquinas para muitas atividades do complexo canavieiro paulista. Uma trajetória semelhante ocorreu a partir de duas décadas depois, ou seja, após o início dos anos cinquenta, no caso do Grupo Irmãos Biagi, localizado na região de Ribeirão Preto, pois este grupo também passou a produzir máquinas e equipamentos, tendo partido igualmente de uma pequena oficina de reparos.¹⁷

Outro elemento determinante do comportamento dos grupos açucareiros paulistas foi a busca de retenção dos ganhos da atividade comercial também a partir do início dos anos cinquenta. Até então eles haviam dependido dos grupos atacadistas (dois deles antes mencionados)

¹⁷ Sobre o grupo Irmãos Biagi, bem como sobre outros, formados no período tratado, veja-se o artigo de Ramos, 1998-1999.

para a comercialização de suas produções. Em 1953, foram criadas duas "cooperativas" regionais para a distribuição de suas produções, cujas sedes estavam localizadas nas cidades que davam nome às principais regiões açucareiras paulistas: Piracicaba e Ribeirão Preto.

Nas palavras de um dos fundadores da cooperativa da primeira região, "O usineiro tem três problemas: o agrícola, o industrial e o comercial", e concluindo apontava a solução para o último: "A cooperativa tira das costas dos usineiros o encargo comercial, que é a venda do produto (...) E o intermediário é o que tira maior proveito, sem nenhum benefício para o consumidor. Por que então não fazemos as vezes do intermediário por meio de nossa cooperativa?" (De Marco, 1991:82). Em 1959, estas duas cooperativas se uniram, dando origem à C O P E R S U C A R / Cooperativa Central dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo, que passou a congregar a maior parte da produção paulista de açúcar e de álcool, tendo constituído refinarias e adquirido algumas independentes, tornando-se, na verdade, um verdadeiro *trust* de comercialização.

Como a cana continuava sendo um dos poucos produtos brasileiros submetidos a uma intervenção estatal, com a preocupação central da defesa de seu preço (articulada com a defesa do preço de seu principal derivado, até então o açúcar), é evidente que para sua produção foram atraídos muitos outros produtores/proprietários de estabelecimentos agropecuários de São Paulo. Isso explica a conjugação de interesses em torno dos investimentos realizados por aqueles que, além da condição de proprietários fundiários, assumiram a função de usineiros. Esta foi a razão do enorme crescimento da produção paulista de açúcar, a qual se deu tanto com base na incorporação crescente de fornecedores de cana como através do surgimento de novos grupos açucareiros.

Pela Tabela 3 vê-se que este processo se alterou no final dos anos cinquenta: a crise de superprodução levou a um processo de concentração. Isso também explica o fato de que o Grupo Dedini tenha assumido o controle de muitas usinas das quais era sócio. A atuação do fundador deste grupo, um imigrante italiano de nome Mário Dedini, facilitava a formação de empresas em torno do negócio açucareiro, já que entrava como acionista por ocasião do fornecimento de suas máquinas e equipamentos, participando da constituição de sociedades anônimas de capital fechado, cujos principais acionistas eram as famílias proprietárias de terras que se interessavam em montar usinas. A gestão de tais empresas era também familiar.

No início da década de 1960, em função do programa de erradicação

de cafezais executado pelo governo estadual dentro do programa federal de modernização da cafeicultura do País, novos produtores adentraram o complexo canavieira paulista, principalmente como fornecedores de cana. Isto porque a grande expansão da produção açucareira foi feita pelos grupos que já atuavam no complexo, particularmente entusiasmados com a possibilidade de exportação para o mercado preferencial norte-americano, em função das implicações da Revolução Cubana.¹⁸

Tabela 4. São Paulo: os doze maiores grupos açucareiros, com respectivas percentagens de cana própria — períodos 1965-1967 e 1978-1980 (médias das safras indicadas).

Grupos	Safras 1965/6-66/7-67/8			Safras 1978/9, 79/80 e 80/81		
	N.de Usinas	% Cana Própria	% na Prod. de açúcar	N.de Usinas	% Cana Própria	% na Prod. de açúcar
			(1)			(1)
1. Irmãos Ometto	11	49,2	25,0	10	48,0	25,4
2. Grupo Zillo-Lorenzetti	03	50,3	5,1	02	80,7	7,0
3. Societé des S. Bres.	03	39,0	5,0	-	-	-
4. Grupo Dedini	04	45,8	4,6	-	-	-
5. Morganti—Silva Gordo	02	48,5	4,3	01	60,3	2,2
6. Irmãos Biagi	02	45,1	3,5	02	47,7	5,5
7. Família Balbo	02	58,3	2,6	02	62,2	2,8
8. Família Nogueira	02	32,0	2,6	-	-	-
9. Família Marchesi	03	63,0	2,4	-	-	-
10. Coury/Furlan/Barrichello	03	50,8	2,4	03	51,6	1,7
11. Grupo Matarazzo	01	64,3	1,9	01	78,4	1,8
12. Família José Corona	01	56,1	1,9	01	72,3	2,9
13. Fam. Virgolino de Oliveira	-	-	-	02	63,2	3,6
14. Irmãos Bellodi	-	-	-	02	68,2	2,8
15. Jorge Wolney Atalla	-	-	-	01	79,9	2,1
16. Fam. Renato R. Barbosa	-	-	-	02	62,5	2,0
TOTAL 12 GRUPOS	37	49,2	61,3	29	58,4	59,8
DEMAIS GRUPOS	61	52,8	38,7	48	62,5	40,2
TOTAL DO ESTADO	98	49,4	2.077.222 t	77	56,1(2)	3.264.369 t

Notas: (1) É a participação na produção de açúcar produzido no Estado de São Paulo, tomando-se a média de cinco safras (1966/7 a 1970/71 e 1976/7 a 1980/81); (2) Refere-se apenas à cana moída para açúcar.

Fonte: IAA (Posições finais de safras), RAMOS, 1983 e dados de arquivo pessoal.

Na passagem das décadas de 1960 para 1970, o grupo Morganti e a Societé deixaram a produção açucareira: o primeiro vendeu suas unidades para um grupo originário do setor financeiro (Grupo Silva Gordo), e o

¹⁸ Sobre isso, ver Szmrecsányi, 1979, pp. 254/255.

segundo vendeu duas de suas três unidades para os usineiros paulistas congregados na COPERSUCAR, sendo que a terceira unidade foi fechada em meados da década de 1970, principalmente por estar localizada na área urbana de Piracicaba.¹⁹

Assim, ao iniciar-se os anos oitenta, os grupos açucareiros paulistas mantinham a mesma configuração básica do imediato pós-guerra e suas estratégias de crescimento continuavam sendo as mesmas. Grupos de famílias de descendentes de imigrantes italianos, que constituíam empresas seja de quotas de responsabilidade limitada, seja na forma mais usual de sociedades anônimas de capital fechado, mas cuja constituição e expansão se baseavam fundamentalmente na propriedade e apropriação fundiária, recorrendo a práticas associativas quando se tratava de defender seus interesses junto ao Estado em geral e junto ao órgão de planejamento do setor, o IAA, em particular. Eles aproveitaram sobremaneira o plano de racionalização e modernização, que essa autarquia implementou entre 1969 e 1973, para ampliarem suas bases produtivas, especialmente seu autoabastecimento de cana, o que fica claro quando se observa os dados da Tabela 4.

Aquele plano concedeu fartos créditos subsidiados e tinha como objetivo principal tornar novamente o Brasil um grande exportador de açúcar, pois predominava então uma visão extremamente otimista sobre as possibilidades de colocação do produto brasileiro no mercado mundial de açúcar em futuro próximo, pois avaliava-se que perduraria por bom tempo uma escassez generalizada do produto. A enorme expansão da capacidade produtiva que disso decorreu explica a elevação da produção média em 57,2 % entre 1965 e 1980 mostrada pela tabela. Como o plano foi também de estímulo à concentração produtiva, ocorreu simultaneamente uma diminuição significativa do número de unidades produtoras.

Tendo em vista que as projeções oficiais não se confirmaram, logo se manifestou um grave problema de excesso de capacidade produtiva no complexo canavieira paulista. Para sorte dos usineiros brasileiros, antes de se iniciar uma queda significativa dos preços internacionais do açúcar,

¹⁹ Em 1969, a COPERSUCAR iniciou seu programa de melhoramento de variedades de cana, ao qual se juntaram as atividades de engenharia agrícola e de tecnologia industrial, dando origem ao seu Centro de Tecnologia (CTC) em 1979. Em 1971, foi criada, pelo Governo Federal, uma autarquia (PLANALSUCAR) que ficou vinculada ao IAA (foi extinta junto com este) e que passou a realizar pesquisas também sobre fitotecnia e demais atividades vinculadas à lavoura canavieira.

havia ocorrido o primeiro choque do petróleo em 1973. Assim, a produção de álcool para ser utilizado como combustível foi rapidamente defendida como a alternativa mais viável para enfrentar os problemas de inflação e de balança comercial que tal choque provocou. A partir de então, os grupos açucareiros voltaram a ter créditos fartos e subsidiados para anexarem e/ou ampliarem destilarias para produção do álcool carburante.

Numa primeira etapa, este álcool foi o anidro e consumido em mistura à gasolina. Contudo, após o segundo choque do petróleo em 1979, a produção expandiu-se também com base na montagem de fábricas independentes de álcool, denominadas de destilarias autônomas, com uma crescente oferta de álcool hidratado para consumo direto nos automóveis movidos a álcool que começaram a ser produzidos a partir do início da década de 1980. Os incentivos concedidos para a aquisição destes veículos e o fato da aquisição e estocagem de álcool terem sido impostas à estatal Petrobras significavam uma garantia de mercado para a produção das usinas e destilarias. Além disso, a empresa estatal também passou a se responsabilizar pelo diferencial entre o preço de aquisição do álcool hidratado e o preço de sua comercialização no mercado interno, sendo que este tinha como referência um determinado percentual do preço da gasolina. Este diferencial passou a ser contabilizado pelo Governo Federal numa conta denominada "conta-álcool".²⁰

Tabela 5. Participação dos grupos açucareiros paulistas nos investimentos do PROALCOOL, conforme projetos aprovados até 28/março/1983 (capacidade produtiva em mil litros/24 horas)

Distinção dos grupos	% no número de projetos	% dos recursos por fontes			% capacidade produtiva
		Próprios	Financiados	% (RF/RP)	
1. Quatro grupos principais	15,8	33,3	19,8	75,7	29,6
2. Nove grupos principais	27,7	47,3	26,1	70,4	40,6
3. Total dos grupos açucareiros	56,5	60,3	37,6	79,6	61,2
4. Demais investidores	43,5	39,7	62,4	200,5	38,8
5. Total do Estado	100 (177)	100 %	100 %	127,6	100
					(22.585)(*)

(*) Esse total de capacidade diária correspondia a aproximadamente três bilhões e meio de litros de álcool por safra.

Fonte: RAMOS, 1983:246

²⁰ O referido percentual foi inicialmente estipulado em 64,5% em 1979 e chegou

Devido a tais subsídios e incentivos, novos grupos empresariais se formaram e, juntamente com os tradicionais grupos açucareiros, tiveram acesso aos recursos públicos que financiaram o Programa Nacional de Álcool (PROÁLCOOL), criado em 1975, reformulado em 1977, e que teve seu auge entre 1980 e 1983. A importância do álcool como produto alternativo para os grupos açucareiros paulistas pode ser inferida da seguinte observação: na safra de 1975/6, nenhuma tonelada de cana foi moída por eles para a produção direta de álcool; na safra de 1980/81, um terço do total de cana moída foi destinado exclusivamente à produção alcooleira.

A partir de 1983, todavia, os recursos públicos começaram a escassear. Isto fica muito claro quando se compara os dados que serviram para construir a Tabela 5 com os relativos à situação de enquadramentos de projetos nove meses depois (situação em 12/12/1983). Enquanto que os recursos próprios cresceram 130%, os recursos financiados aumentaram apenas 17%. Em 1985, foram extintos os financiamentos do Governo Federal para instalação de novas unidades produtoras — a principal razão de terem sido aprovados em 1986 apenas oito projetos novos e de, no ano seguinte, todos os 101 utilizarem apenas recursos próprios. Isto evidencia claramente que os empresários que já atuavam no complexo canavieira paulista, ou que apresentaram antes os seus projetos, foram particularmente beneficiados por terem conseguido ter acesso a recursos públicos subsidiados. O fato de que a relação entre os recursos financiados e próprios, para os demais investidores, em março/1983, era de 2 para 1, conforme mostra a Tabela 5, constitui uma evidência da importância dos recursos públicos fornecidos para a montagem das primeiras destilarias em terras paulistas.

As estimativas feitas na época por analistas e instituições internacionais, entre elas o Banco Mundial, eram bastante pessimistas quanto ao nível dos preços mundiais do petróleo no futuro próximo, prevendo-se que ele se situaria em torno dos US\$ 50 por barril em 2000. A reversão

a 80% em 1995. Em setembro de 1998, antes portanto da liberalização dos preços dos combustíveis no Brasil, o Presidente da estatal estimou que "o prejuízo acumulado pela Petrobrás na chamada conta-álcool é de R\$ 5 bilhões", correspondente, na época, a US\$ 4,2 bilhões, tendo comentado que "até o fim do ano haverá um acordo entre a estatal e a União para quitar o rombo decorrente da diferença entre o preço pago e o valor de venda do álcool hidratado". Conforme matéria no jornal *O Estado de S. Paulo*, ed. de 6/09/98, p. B13, a solução encontrada foi fazer com que o preço da gasolina ao consumidor passasse a embutir uma parcela destinada a cobrir aquele prejuízo.

dessa tendência artista, já a partir de 1982/3, foi a principal razão da crise que se abateu sobre o PROÁLCOOL a partir de então. Outro fator reside na crise das finanças públicas que os governos estaduais e o governo federal brasileiro passaram a sofrer simultaneamente. A escassez de recursos públicos fez com que, na segunda metade dos anos oitenta, alguns grupos açucareiros buscassem no mercado de capitais uma nova fonte de financiamento, o que levou a criação de *holdings* e à transformação de empresas em sociedades anônimas de capital aberto, mas com o recurso ao lançamento de ações preferenciais.

Os novos grupos de produtores que ingressaram no setor com o advento do PROÁLCOOL foram também formados por famílias de proprietários fundiários, a maioria deles pecuaristas possuidores de extensas áreas de terras no interior do Estado, mas em regiões que não tinham tradição na produção de cana e de seus derivados. Constituíram destilarias autônomas, associando-se algumas vezes com grupos açucareiros, seja em suas próprias regiões de origem, seja em novas regiões, inclusive em Estados vizinhos à São Paulo. No final de 1987 haviam sido enquadrados 661 projetos, que iriam ampliar a capacidade de produção de álcool em 16 bilhões de litros, e deste total, 52,6 % cabia a São Paulo. Os investimentos totais do programa, ainda segundo dados oficiais, atingiram US\$ 6,977 bilhões, dos quais 56% foram recursos públicos.²¹

Para ter-se uma compreensão mais adequada sobre o impacto do plano de modernização e do PROÁLCOOL no uso da terra em São Paulo, basta mencionar que ocorreu um efeito-substituição de diversas atividades agropecuárias por "cana para indústria" no período de 1968/70 a 1980/82. Este efeito implicou na incorporação, pela cana, de 953 mil hectares, dos quais 582 mil provieram das pastagens naturais, 117 mil da cultura do arroz, 101 mil do algodão, 58 mil do milho, 56 mil do amendoim, 20 mil da mandioca, 16 mil da mamona e 2 mil da batata (ver Gatti, 1984:84).²²

²¹ A situação em 31/12/1987 mostrava também que haviam sido enquadrados 275 projetos para São Paulo, sendo que 128 deles previam a utilização apenas de recursos próprios (CENAL, 1987:8).

²² Em 1980, os estabelecimentos agropecuários paulistas tinham ainda mais de 13 milhões de hectares com pastagens e matas, naturais ou plantadas, e com terras em descansa e produtivas não utilizadas. Conforme os dados censitários, em 1980, a área colhida com cana no Estado foi de 1,073 milhão de hectares, de 1,695 em 1985 e de 2,124 milhões em 1995/6. A área com cana era apenas superada pela da pecuária como atividade econômica principal dos estabelecimentos agropecuários do Estado. No Brasil, a área colhida de cana em 1995/6 foi de 4,214 milhões de ha.

Tabela 6. Estado de São Paulo: situação do processamento de cana e da produção de açúcar e de álcool pelas usinas e destilarias — Média das safras 1984/5-85/6-86/7 (cana em mil t, açúcar em t, álcool em m³)

Indicadores	Usinas	Destilarias	Usinas+Destilarias
Unidades por safra	73,71,72	65,75,75	138,146,147
Total de Cana Moída	89.314,60	25.993,85	115.308,450
% de cana própria	59,90	78,80	64,200
Média da cana moída p/unidade	1.234,95	364,64	802,740
Média da produção de álcool p/unidade	64.396,32	27.469,55	45.991,800
Média da produção de açúcar p/unidade	51.530,07		51.530,070

Fonte: IAA, posições finais de safras.

A situação quanto ao processamento de cana e da produção de açúcar e de álcool pelas usinas e destilarias paulistas em meados dos anos oitenta pode ser devidamente percebida com base nos dados da Tabela 6. Nota-se que o percentual de cana própria das destilarias autônomas era superior, mesmo porque o das usinas era, geralmente, subestimado.²³ Enquanto que uma usina deixou de operar, o número de destilarias autônomas cresceu de 65 para 75, sendo que este número atingiu seu máximo (77) na safra de 1987/88. Na safra 1989/90, uma delas foi transformada em usina, num movimento que seria repetido por outras a partir do início da década de 1990.

Um aspecto que fica patente pelos dados da Tabela 6 é o da heterogeneidade produtiva entre usinas e destilarias — seja quanto à média de cana moída, seja no que se refere ao álcool (total) produzido. Contudo, essa heterogeneidade existia (e ainda existe) mesmo quando se considera apenas as usinas entre si. Para ter-se uma idéia disto — a partir dos mesmos dados que serviram de base para a construção da tabela — basta mencionar que a relação entre a quantidade total de cana moída pela maior usina daquela época (Usina da Barra) e pela menor (Usina Santo Antonio, de Piracicaba), foi de 38,2 vezes.

No final dos anos oitenta, os grupos dominantes do complexo canavieiro paulista ainda eram os mesmos que aparecem no segundo período da Tabela 4. Cabe acrescentar apenas que já se desenhava uma distinção mais nítida dentro dos grupos familiares, particularmente o composto pelos Irmãos Ometto, com uma subdivisão que permitia a conformação de três subgrupos (Pedro, Luiz/João e Hermínio Ometto), colocando-se entre os oito maiores os grupos Zillo/Lorenzetti, Maurílio

²³ Isto está discutido em Ramos, 1999: 179/80.

Biagi, Virgolino de Oliveira, Rezende Barbosa e Balbo.²⁴ Contudo, não há dúvidas de que, até aquela época, os principais componentes das estratégias competitivas na produção açucareira/alcooleira continuavam sendo os mesmos das décadas anteriores: propriedade e acesso a terras mais férteis e melhor localizadas, e acesso diferenciado aos recursos públicos. Como estes últimos praticamente se reduziram a zero a partir de então, restou apenas a primeira. Outros componentes não se faziam presentes, seja porque a grande maioria da produção era comercializada de forma integrada na COPEXSUCAR, seja porque o álcool não permitia diferenciação. Contudo, o mais importante é que o planejamento estatal garantia preços remuneradores, disciplinava o mercado via quotas de produção e garantia a comercialização, inclusive a externa, cuja gravidade — quando existia — era assumida pelo IAA.²⁵

Em que pese a lembrança de que os recursos que financiaram o plano de modernização (1969/73)²⁶ e o PROÁLCOOL (1977/84) fossem fortemente subsidiados, há que se destacar que, no final dos anos oitenta, uma parte significativa das dívidas dos usineiros brasileiros em geral e dos paulistas em particular não haviam sido quitadas junto ao IAA, e acabaram sendo assumidas pelo Tesouro Nacional e pelo Banco do Brasil. Tais dívidas foram estimadas em US\$ 2,4 bilhões em valores de setembro de 1991 (Ramos, 1999b, p. 14/5). Mais ainda: como os usineiros brasileiros situam-se entre os grandes proprietários de terras do País, geralmente estão entre os maiores beneficiários dos perdões e/ou das renegociações das dívidas do setor agropecuário principalmente junto ao Banco do Brasil.²⁷

²⁴ Ver a respeito os dados apresentados por Moreira, 1989:81. Este autor concluiu, no final dos anos oitenta, que o procedimento fundamental da concorrência na produção de açúcar e álcool no Brasil podia ser caracterizado pela "capacidade de se expandir primeiro" (Op. cit., p. 101).

²⁵ No final dos anos oitenta, a região que mais exportou açúcar do Brasil foi a do Norte/Nordeste: na média das safras 1985/6-86/7-87/8, o Brasil exportou 1,73 milhões de toneladas, cabendo a essa região 97,7 %.

²⁶ Os recursos do plano de modernização/racionalização tinham como fonte principal uma taxa *ad valorem* sobre os preços de exportação de açúcar, formando o Fundo Especial de Exportação (FEE), o qual expandiu-se muito entre 1969 e 1974, quando tais preços tornaram-se muito altos em função da especulação com *commodities* que ocorreu no mundo. A situação das aplicações do FEE, em 31/12/1977, mostrava que São Paulo foi o estado que mais recebeu recursos e que a modernização de usinas foi a atividade mais beneficiada. Ver Ramos, 2001, p. 14.

²⁷ Os empréstimos aos usineiros são feitos envolvendo suas empresas (usinas, destilarias

Situação atual (a partir de 1990)

A partir do final da década de 1980, e principalmente após a extinção do IAA, ocorrida em março de 1990, a agroindústria canavieira do Brasil entrou em nova fase com o início do processo de desregulamentação de suas atividades. Esse processo pode ser resumido numa seqüência iniciada pela liberação da produção e da comercialização, com o fim do monopólio do Governo Federal nas exportações e a extinção das quotas de comercialização interna de açúcar em 1988, passando pela eliminação das quotas de produção em 1991, e pela liberação da comercialização do álcool combustível em 1998, para chegar à liberação dos preços dos bens, que começou com os do açúcar (exceto o cristal *standard*) e do álcool anidro e chegou à dos preços da cana, do açúcar cristal *standard* e do álcool hidratado em fevereiro de 1999. Convém deixar claro, porém, que uma regulação genérica e de sentido indicativo continua sendo feita no âmbito de um Conselho atualmente vinculado ao Ministério da Agricultura e Abastecimento, e congregando representantes de outros ministérios: o CIMA-Conselho Interministerial do Álcool e do Açúcar.²⁸

Esta alteração institucional colocou os grupos empresariais e os capitais do complexo canavieira brasileiro em geral, e paulista em particular, face a uma nova realidade, cujas implicações principais têm levado a significativas alterações nos seus comportamentos e/ou nas suas estratégias de sobrevivência e de expansão. De uma maneira geral, o complexo vem passando por um processo de concentração produtiva e de centralização de capital que há muito não se via. Tal processo tem-se dado através de fusões e aquisições que estão ocorrendo intensamente em todo o território nacional.

Assim, pode-se afirmar que os capitais do setor passaram a conviver em um novo ambiente competitivo, face ao qual eles têm buscado implementar novas estratégias para aproveitamento das oportunidades

e agropecuárias), sendo muito difícil uma apuração rigorosa de suas dívidas sem que seja feita um levantamento específico. Contudo, a imprensa brasileira costuma divulgar estimativas sobre isto: em março de 1996, a dívida dos "usineiros e produtores de álcool" junto ao Banco do Brasil era estimada em R\$ 4,4 bilhões, que correspondia ao mesmo valor em dólares (conforme jornal *O Estado de S. Paulo*, 18/03/1996, p. B 1). Em agosto de 1999, entre os cem maiores devedores do Banco encontravam-se muitas usinas, destilarias e empresas agropecuárias ligadas a estas, inclusive localizadas em São Paulo (conforme jornal *Folha de S. Paulo*, 22/08/1999, p.1-10).

²⁸ Sobre o processo de desregulamentação do setor, veja-se Moraes, 1999.

de mercado — seja no âmbito interno, seja no externo. Tais estratégias podem ser consideradas quer do ponto de vista produtivo, quer do financeiro (captação de recursos), quer ainda da gestão empresarial.²⁹

Entre as estratégias produtivas, destaca-se o fato de muitos dos novos grupos econômicos que se constituíram após o advento do PROÁLCOOL terem transformado suas destilarias autônomas em usinas. Uma parte destas acabou sendo fechada. Algumas usinas foram desativadas em busca de ganhos proporcionados pelas economias de escala. Isto tem sido articulado com a estratégia de realocização de unidades produtivas pelos seus proprietários, buscando-se áreas mais adequadas ao cultivo da cana. Isso tem-se dado tanto no interior das regiões produtoras como de uma para outra, destacando-se o fato de que capitais do Norte/Nordeste têm-se deslocado — total ou parcialmente — para o Centro/Sul. Também tem ocorrido essa realocização no interior das fronteiras do Estado de São Paulo.

No que se refere à produção de açúcar, a estratégia mais importante tem sido a da diferenciação do produto e a criação de marcas próprias para sua comercialização. Isto levou muitos grupos empresariais a se desligarem da COPERSUCAR, dando ensejo ao surgimento de outras empresas (*trusts*) de âmbito regional, ou mesmo vinculadas à um só grupo para a comercialização das respectivas produções.³⁰ Cumpre destacar que essa estratégia tem incluído a produção de açúcar orgânico.

Outra estratégia que tem sido muito utilizada diz respeito à produção de açúcar como insumo para a indústria alimentícia e de bebidas. Muitas empresas já produzem o que se denomina no Brasil de "açúcar líquido". Pode-se afirmar que este deverá ser o principal destino do açúcar brasileiro em futuro próximo. Por outro lado, a busca de economias de escopo tem levado a uma integração com a exploração de outras atividades, como a da pecuária de corte, na qual o bagaço tem sido utilizado para a engorda de animais. Um dos mais promissores usos deste subproduto, no entanto, tem sido a produção de energia elétrica para a venda às distribuidoras/concessionárias, especialmente face à atual crise desta energia que o Brasil está atravessando.

²⁹ No texto Belik, Ramos & Vian, 1998, as estratégias produtivas foram classificadas como: a) de diferenciação de produto; b) de diversificação produtiva e c) de aprofundamento e especialização na produção setorial. Como se pode perceber, elas não são mutuamente excludentes.

³⁰ O número de unidades vinculadas à COPERSUCAR caiu de 67 na safra de 1987/88 para 36 em 1997/98, conforme dados apresentados em Ramos, 1999b, p. 19.

A flexibilização produtiva perante o comportamento dos mercados interno e externo tem sido outra estratégia importante. As usinas, face aos preços liberados e às suas oscilações, muitas das quais de caráter especulativo, procuram direcionar a moagem de suas canas conforme se mostrem mais atrativos os preços do açúcar ou do álcool. Essa orientação tem levado em conta tanto os preços no mercado interno como no externo. É isto que explica em grande medida porque deixou de ser confiável a aquisição de um veículo movido a álcool no Brasil.³¹

Como as exportações passaram a ser feitas pelas próprias usinas, tem sido dada especial atenção aos preços e às possibilidades de colocação do produto nos locais mais remuneradores, o que tem levado à um relacionamento mais estreito com *traders* e *tradings companies*. Ao mesmo tempo, as estratégias de gestão tem levado alguns grupos usineiros a profissionalizarem a administração de suas unidades, inclusive com a formação de departamentos comerciais, até então inexistentes. Nesse contexto, a reestruturação empresarial também resultou em cortes de pessoal, com os quais se tem evitado uma maior imobilização de recursos, através da terceirização de algumas atividades (por exemplo, as de manutenção, de transporte da cana, e mesmo de corte mecanizado). Nas usinas propriamente ditas tem ocorrido uma automação do controle do processo produtivo.

Outra estratégia específica dos principais grupos açucareiros tem sido o arrendamento de unidades produtoras, evitando-se com isto a imobilização de recursos na aquisição de ativos fundiários e industriais. Um dos grupos que tem utilizado esta estratégia é o Grupo Cosan, de Piracicaba, que é constituído, fundamentalmente, por uma parte dos descendentes da família de Pedro Ometto.³²

Este grupo tem configurado um caso notório na implementação de estratégias de busca de novos recursos de capital e de modalidade de gestão administrativa diferenciada. Estabeleceu uma associação com grupos empresariais franceses que têm investido recentemente na produção açucareira no Centro/Sul do Brasil, dando origem à FBA (Franco Brasileira Açúcar e Álcool S.A.), a qual já controla, ou administra, diversas usinas paulistas. Dessa forma, os capitais franceses estão voltando ao setor depois de uma ausência de mais de trinta anos. Por sua vez, o

³¹ Isto é algo que já se manifestou antes de 1990. Veja-se a respeito o artigo de Szmrecsányi & Moreira, 1991.

³² Em grande medida, a diferenciação interna dentro dos maiores grupos tem servido para acomodar os interesses das terceiras e quartas gerações das famílias fundadoras.

grupo liderado por Maurílio Biagi foi buscar no sistema financeiro um aporte de recursos adicionais, passando a ter como sócio o Banco Bradesco S. A., o maior banco privado do Brasil.

O novo ambiente competitivo e os novos referenciais (ambientais e sociais) que vem marcando o setor após a desregulamentação, tem sido a causa de maiores dificuldades na congregação dos interesses coletivos na agroindústria canavieira de São Paulo e do Brasil, que possui hoje diversas entidades representativas. Recentemente tem ocorrido um esforço para que, pelo menos no caso do Centro/Sul e no tocante às demandas mais gerais, os empresários do setor se articulem em torno da entidade denominada ÚNICA — União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.³³

Todos esses processos têm coincidido com o fato de que o País vem ampliando sua participação no mercado mundial de açúcar, tendo chegado a exportar em 1999 mais de doze milhões de toneladas, em boa parte graças à desvalorização cambial realizada em janeiro daquele ano. Prevê-se que, em 2001, as exportações brasileiras de açúcar ultrapassem o nível de sete milhões de toneladas.³⁴ Os maiores grupos açucareiros do Centro/Sul têm sido responsáveis por boa parte dessas exportações. A COPERSUCAR, que comercializa a produção de 34 usinas, vem liderando o processo. Diversamente do passado, o Centro/Sul tornou-se a maior região exportadora, respondendo em média, por três quartos do total brasileiro, sendo que as exportações representam metade do que ela produz.

As novas estratégias empresariais dos grupos açucareiros paulistas e brasileiros têm determinado uma evolução bastante diferenciada da produção canavieira/açucareira/alcooleira do País e do Centro/Sul. Nesta região cumpre destacar o fato de Estados vizinhos a São Paulo terem recebido investimentos significativos, o que provocou, na década de 1990, uma maior expansão da produção no Centro/Sul como um

³³ A ÚNICA é a sucessora da AIAA/Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Recentemente foi extinta a SOPRAL/Sociedade dos Produtores de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo. Contudo, ainda atuam a UDOP/União das Destilarias do Oeste Paulista; a ADA/Associação das Destilarias Autônomas e a SUCRESP/Associação da Indústria Sucroalcooleira do Estado de São Paulo, as quais tem âmbito fundamentalmente regional. Existem outras entidades, mas que tem atuação restrita a aspectos técnicos e produtivos. Sobre isto, ver Moraes, 1999:Cap. 4 e Vian, 2002:Cap. 3.

³⁴ Um fator externo que pode ter contribuído para essa evolução é o virtual desaparecimento de Cuba dos mercados açucareiros mundiais nos últimos anos.

todo do que em São Paulo. Isto tem-se devido tanto à entrada de grupos do Nordeste na produção regional — o que representa uma situação nova — como ao fato de que grupos econômicos paulistas — inclusive alguns que não atuavam no complexo canavieira estarem ampliando seus negócios nos Estados vizinhos. Este movimento tem sido motivado principalmente pela busca de terras mais baratas e/ou mais adequadas à produção de cana, particularmente aptas à colheita mecanizada, ou à sua intensificação.

A Tabela 7 apresenta a situação das maiores unidades produtoras de São Paulo, nas safras de 1992/93 e de 2000/01, junto com a indicação de seus grupos proprietários, considerados a partir da origem, a fim de facilitar uma comparação dessas informações com as apresentadas nas partes anteriores. Percebe-se por meio dela uma queda do grau de concentração da produção de cana e de açúcar entre 1992 e 2000. Esses dados também mostram claramente um crescimento diferenciado entre as unidades produtoras, podendo-se destacar o caso da usina Colombo, que iniciou a produção de açúcar na safra 1993/4. Os dados indicam igualmente quais têm sido as opções produtivas (açúcar e/ou álcool) dos grupos, consideradas a partir de suas unidades de produção. Cabe lembrar que a safra 2000/01 foi particularmente ruim, especialmente devido às condições climáticas em São Paulo (e na região Centro/Sul), o que ajuda a entender a pequena evolução (8,5%) da quantidade total de cana moída, sendo que, no caso das dez maiores unidades, houve inclusive uma retração.³⁵

Na verdade, em função do novo contexto institucional, parece ter-se ampliado o diferencial de crescimento dos grupos açucareiros paulistas e brasileiros nos últimos dez anos. Mas, apenas uma pesquisa de campo e uma coleta de dados primários — seja de âmbito nacional, seja de âmbito regional — poderá apurar de maneira adequada a evolução recente e a situação atual dos grupos econômicos, suas respectivas composições acionárias e taxas de participação nos mercados interno e externos.³⁶

³⁵ Contudo, é possível esperar-se que ocorra um movimento de diminuição da grande heterogeneidade produtiva que ainda marca o complexo canavieiro paulista e brasileiro, especialmente no tocante à parte industrial. Como afirmado em Ramos, 1999b, p. 21, "o atual processo de concentração/centralização de capitais que vem marcando o complexo em São Paulo e no Brasil pode ser visto como uma etapa dolorosa de um necessário processo de reestruturação que, no futuro, espera-se, possa fazer com que ele assente sua dinâmica e expansão em novas bases".

³⁶ Um artigo publicado recentemente na imprensa brasileira mostra que, entre 1992

Tabela 7. As dez maiores unidades processadoras de cana, produtoras de açúcar e de álcool, do Estado de São Paulo — 1992/93 e 2000/01 (cana e açúcar em mil t, álcool em mil m³)

Unidade	Saifa 1992/93			Saifa 2000/01			Grupo proprietário (pela origem)
	Cana moída	Açúcar produzido	Álcool produzido	Cana moída	Açúcar produzido	Álcool produzido	
1. Da Barra	6.286,08	357,62	281,20	4.930,16	341,24	187,87	Irmãos Onetto
2. São Martinho	5.532,10	285,00	270,00	5.313,58	416,64	202,56	Irmãos Onetto
3. Santa Elisa	4.003,15	201,03	200,09	5.074,65	375,52	171,92	Irmãos Biagi
4. São João	3.805,59	146,77	230,67	3.247,78	225,50	(111,66)	Irmãos Onetto
5. Barra Grande	3.580,40	207,24	189,20	3.086,61	(176,21)	163,26	Zillo/Lorenzetti
6. São José (Macat.)	3.541,81	197,80	178,96	3.167,86	207,73	157,85	Zillo/Lorenzetti
7. Bonfim	3.445,62	169,01	184,73	3.981,01	245,01	146,63	J. Corona
8. Sta. Cruz/Am. B.	3.144,61	130,00	175,96	(2.315,41)	(153,35)	(102,44)	Irmãos Onetto/Pavan
9. Costa Pinto	3.104,10	131,27	165,27	(2.576,00)	227,04	(81,30)	Irmãos Onetto
10. Itacena	2.940,64	(108,36)	169,45	(2.150,43)	(151,92)	(83,08)	Irmãos Onetto
- Vale do Rosário	(2.835,85)	(116,00)	(160,02)	3.822,17	260,00	173,50	Biagi/Almeida Prado
- Nova América	(2.479,67)	(85,25)	(144,50)	2.846,45	205,25	(99,35)	Renato R. Barbosa
- Da Pedra	(2.736,78)	145,61	(139,09)	(2.584,96)	(109,56)	164,48	Irmãos Biagi
- Colombo	(1.194,43)	(0,00)	(112,77)	2.638,16	225,36	(95,74)	(novo/Próalcool)
- Andrade	(2.001,36)	(0,00)	(164,31)	(1.728,35)	(17,08)	156,97	(novo/Próalcool)
- Catanduba	(2.643,31)	(106,84)	(162,87)	(2.513,94)	(136,05)	149,52	Virgolino de Oliveira
TOTAL ESTADO	136.591,6	4.940,85	7.926,46	148.256,4	9.672,98	6.440,60	Evol. cana moída: 8,5 %
% DAS DEZ >s.	28,83	39,90	25,81	25,70	28,22	26,00	Evol. cana moída: -3,2%

Fonte: ÚNICA/União da Agroindústria Canavieira de São Paulo.

Conclusões e perspectivas

Nos últimos cem anos, a agroindústria canavieira paulista cresceu em tamanho, modernizou-se do ponto de vista tecnológico e diversificou-se no tocante à sua estrutura empresarial. Mas, ao mesmo tempo, ela apresentou uma grande continuidade no que se refere à sua organização produtiva em unidades verticalmente integradas, e de porte cada vez maior, baseadas na concentração da propriedade fundiária e responsáveis não apenas pela totalidade da oferta de açúcar e álcool, mas também pela produção da maior parte da matéria-prima necessária para fabricá-los.³⁷ Contudo, essa estrutura produtiva tradicional, que vem se mantendo inalterada desde o período colonial, pode finalmente estar com os dias contados, em função das mudanças ocorridas durante a última década nas condições de seu funcionamento.

A progressiva desregulamentação governamental das atividades do setor, paralelamente às grandes flutuações conjunturais da demanda e dos preços tanto do açúcar como do álcool, tem dado origem não apenas a uma crescente heterogeneidade de estratégias e de comportamento empresariais, como a uma gradativa centralização dos capitais nele investidos. Este processo vem se traduzindo no fechamento de usinas e destilarias menores e/ou menos eficientes, e na concentração da produção num menor número de empresas e grupos de maior porte através de fusões e incorporações. Ele decorre em última análise da crescente competição no abastecimento de mercados cuja expansão tem sido muito lenta e descontínua, por causa da intensa concorrência de adoçantes alternativos ao açúcar, tanto naturais como sintéticos, e devido à persistência dos baixos preços relativos dos derivados de petróleo.

É verdade que estas duas tendências têm se manifestado mais intensamente no exterior do que no Brasil, cujas autoridades governamentais continuam a garantir uma demanda cativa³⁸ e preços remuneradores

e 2000, o grupo que mais expandiu sua participação no esmagamento de cana na região Centro/Sul do Brasil foi o J. Pessoa, originário da região Nordeste. O artigo destaca também a entrada do grupo francês Béghin-Say, bem como a evolução de outros grupos que não se situavam entre os maiores na década de 1980, considerando-se a situação regional. Ver Scaramuzzo, 2001. Sobre os grupos econômicos açucareiros/alcooleiros do Brasil, pode-se consultar o trabalho de Nascimento, 2001.

³⁷ Veja-se a respeito o trabalho recente de Vegro & Carvalho, 2001.

³⁸ A partir de 10/janeiro/2002 foi determinada legalmente uma mistura de 24 % de

para o álcool no mercado interno, além de facilitarem indiretamente as exportações de açúcar através da manutenção de uma política salarial altamente regressiva, bem como de uma reforma agrária muito lenta e fundamentalmente voltada para áreas improdutivas. Na verdade, a tão decantada competitividade internacional do açúcar brasileiro pode ser atribuída não apenas aos aumentos de produtividade agrícola e industrial obtidos nas últimas décadas, mas também — e talvez principalmente — à persistência dos baixos níveis de remuneração da força de trabalho. Mesmo assim e apesar disso, tem havido nos últimos anos algumas mudanças de grande alcance, que poderão finalmente levar a uma completa transformação da atual estrutura produtiva.

Uma dessas mudanças vincula-se à crescente tecnificação da produção do setor, com vistas a aumentar sua produtividade por unidade de capital e trabalho, tanto no âmbito agrícola como no industrial, gerando em ambos os casos a necessidade da realização e imobilização de maiores volumes de recursos financeiros. No âmbito industrial, essa tecnificação se manifesta pela incorporação de equipamentos mais modernos e de maior custo, bem como pela progressiva automatização dos processos de produção e controle. Mas, as mudanças mais radicais têm sido as que estão em curso no segmento agrícola do setor, com a introdução e rápida difusão do corte mecanizado da cana crua, em parte provocadas por motivações de caráter ambiental (como a proibição da queima dos canaviais às vésperas da colheita), e em parte derivadas da conveniência de um melhor aproveitamento da palha e do bagaço para fins da geração e co-geração de energia elétrica.

Essa modalidade da produção de matéria-prima, já adotada há tempos em outros países canavieiros, ao substituir os procedimentos tradicionais do corte manual efetuado por uma mão-de-obra numerosa e barata, poderá vir a promover, ao longo do tempo, uma progressiva separação e especialização das esferas de produção agrícola e industrial, devido aos altos investimentos requeridos pela modernização de ambas, dando origem afinal a uma divisão técnica e social do trabalho até hoje inexistentes no setor. Com isso, as atuais usinas verticalizadas irão se transformar em empresas e estabelecimentos agroindustriais semelhantes aos que já existem em outros países, bem como em outros ramos de agroindústria no Brasil.

álcool anidro ao litro de gasolina. Cabe lembrar que os produtores de álcool que-riam 26 %, e que tal mistura já foi de 20, 22, e mesmo de 24 %.

Até agora, as usinas e os usineiros têm procurado evitar tomar iniciativas neste sentido, tentando (e por enquanto conseguindo) contornar os problemas que vêm enfrentando através da adoção de medidas emergenciais e paliativas como a terceirização das atividades de corte e de transporte da cana. Mais cedo ou mais tarde, essa tendência poderá alcançar a própria produção agrícola da matéria-prima. E quando isso ocorrer de fato, a "nova" estrutura produtiva daí resultante deverá representar um passo irreversível na definitiva superação de nosso passado colonial e escravista.

Referências bibliográficas

- Belik, W. Ramos, P. & Vian, C.E.F. "Mudanças institucionais e seus impactos nas estratégias dos capitais do complexo agroindustrial canavieira no Centro/Sul do Brasil". In Aguiar, D. R. D. & Pinho, J. B. (Eds.), *Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas*. Brasília/DF, SOBER-Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 1998.
- Brandão Sobrinho, J. "Lavouras de Cana e de Algodão e Indústrias do Açúcar e de Tecidos no Estado de São Paulo". *Boletim da Agricultura*, 4 (12), pp. 559-606, 1903.
- Bray, S. C. *A Formação do Capital na Agroindústria Açucareira de São Paulo: Revisão dos Paradigmas Tradicionais*. Rio Claro, IGCE/UNESP, tese de livre docência, mimeografada, 1989.
- Cano, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, São Paulo, Ed. Difel, 1977.
- CENAL/Comissão Executiva Nacional do Alcool, 1988. *Relatório Anual* 1987. Brasília. _____ *Programa Nacional do Alcool — Proálcool*. Brasília/DF, Maio/1988.
- De Marco, C. *O Oligopossônio Açucareiro Paulista: das refinadoras às cooperativas*. Piracicaba, Universidade Metodista de Piracicaba, monografia de conclusão de curso de Ciências Econômicas, 1991.
- Gatti, E. U. *A Política Agrícola e a Composição da Produção e Utilização de Mão-de-Obra na Agricultura Paulista na Década de Setenta*. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, Relatório de Pesquisa 10/87, 1984.
- Gnaccerini, J. C.A. *Estado, Ideologia e Ação Empresarial na Agroindústria Açucareira do Estado de São Paulo*. São Paulo: FFLCH/USP, tese de doutorado, mimeografada, 1972.
- Jambeiro, M. de B. *Engenheiros de Rapadura: Racionalidade do Tradicional numa Sociedade em Desenvolvimento*, São Paulo, IEB/USP, 1973.
- Milliet, S. *Roteiro do Café e Outros Ensaio; Contribuição para o estudo da História Econômica e Social do Brasil*, São Paulo, Ed. Hucitec, reimpressão, 1946.
- Monbeig, P. *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, Paris, Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1952.
- Moraes, M. A. F. D. de. *A Desregulamentação do Setor Sucroalcooleiro Brasileiro*. Piracicaba/SP, ESALQ/USP, tese de doutoramento, 1999.
- Moreira, E. F. P. *Expansão, Concentração e Concorrência na Agroindústria Canavieira em São Paulo: 1915 a 1987*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Economia, dissertação de mestrado, mimeografada, 1989.
- Nascimento, C.A.O. do. *Concentração e Centralização de Capitais na Agroindústria Brasileira na Década de 1990: O caso do setor sucroalcooleiro*. São Carlos/SP, Universidade Federal de São Carlos, dissertação de mestrado, 2001.

- Oliver, G.S.. *José Vizioli e o Início da Modernização Tecnológica da Agroindústria Canavieira Paulista, 1919-1949*. Campinas: DPCT/IG/UNICAMP, dissertação de mestrado, 2001.
- Oliver, G. S. & Szmrecsányi, T. "Observações Iniciais sobre a Crise do Mosaico e a Modernização da Agroindústria Canavieira Paulista, 1920-1950", comunicação apresentada em setembro de 2000, nas XVII Jornadas de História Econômica, realizadas em Tucumán (Argentina), 2000.
- Petrone, M.T. S. *A Lavoura Canavieira em São Paulo: Expansão e Declínio (1765-1851)*. São Paulo, Ed. Difusão Européia do Livro, 1968.
- Picard, J. *Usinas Açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto Feliz, Lorena e Cupim: Missão de Inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1º março a 15 de junho de 1903*, São Paulo: Editora Hucitec, 1996, 1903.
- Queda, Oriowaldo. *A Intervenção do Estado e a Agroindústria Açucareira Paulista*. Piracicaba: ESALQ/USP, tese de doutorado, 1972.
- Ramos, R. *Um Estudo da Evolução e da Estrutura da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo (1930-1982)*. São Paulo, Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, dissertação de mestrado, 1983.
- _____. *Agroindústria Canavieira e Propriedade Fundiária no Brasil*. São Paulo, Ed. Hucitec, 1999.
- _____. "A agroindústria canavieira do Brasil: Referencial historiográfico, temas e fontes. *América Latina en la Historia Económica. Boletín de fuentes*. Número 11, enero-junio/1999, México, D. F, pp. 59-71, 1999a.
- _____. "Situação atual, problemas e perspectivas da agroindústria canavieira de São Paulo. *Informações Econômicas*, SP, Vol. 29, N. 10, outubro, 1999b.
- _____. "Os novos produtores do complexo canavieira paulistano período 1929-1945: Ocupando terras e aproveitando as contradições da intervenção estatal". *Población & Sociedad*, 1998-1999, 6&7, pp. 399-424 (Tucumán/Argentina), 1998-1999.
- _____. "A evolução da agroindústria canavieira paulista no período 1946-1980: expansionismo agrário e características da estrutura de produção". *Informações Econômicas*, SP, Vol. 31, N. 8, agosto, 2001a.
- _____. "A evolução da produção e da exportação brasileira de açúcar entre 1930 e 1965: Priorizando o mercado interno e administrando excedentes". *ANAIS (CD Rom) do IV Congresso Brasileiro de História Econômica e 5ª Conferência Internacional de História de Empresas*, São Paulo, FEA-USP, 2 a 5 de setembro, 2001b.
- Saramuzzo, M. "Aumenta a concentração nas usinas de açúcar". In *Gazeta Mercantil*, ed. de 8/10/2001, p. B-14, 2001.
- Silva, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Ed. Alfa-Omega, 1976.
- Szmrecsányi, T. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1915)*. São Paulo, Ed. Hucitec/Ed. da Unicamp, 1979.
- _____. "Agrarian Bourgeoisie, Regional Government and the Origins of São Paulo's Modern Sugar Industry, 1870-1930". *Cadernos IG/Unicamp*, 2(1), 1992, pp. 125-135, 1992.
- _____. "A French Free-Standing Company in Brazil's Sugar Industry: a case study of the Sociétté de Sucreries Brésiliennes, 1907-1922", in M. Wilkins & H. Schröter (Eds.), *The Free Standing Company in the World Economy, 1830-1996*. Oxford University Press, pp. 279-290, 1998.

- Szmrecsányi, T. & Moreira, E. F. P. "O desenvolvimento da agroindústria canavieira do Brasil desde a Segunda Guerra Mundial". *Estudos Avançados*, 5/11, janeiro-abril/1991, pp. 57-80, 1991.
- _____ & Veiga Filho, Alceu Arruda. "O Ressurgimento da Lavoura Canavieira em São Paulo na Primeira República, 1890-1930". *Travessia*, N°2, primeiro semestre de 1999, pp. 67-81 (Tucumán/Argentina), 1999.
- Vegro, C. L. R. & Carvalho, F. C. de. "Verticalização na Agroindústria Sucroalcooleira Paulista no Final da Década de 90". In *Informações Econômicas*, 31(9), setembro, pp. 56-64, 2001.
- Vian, C. E. de F. *Inércia e Mudança Institucional: Estratégias competitivas do complexo agroindustrial canavieiro no Centro-Sul do Brasil*. Campinas/SP, Instituto de Economia/UNICAMP, tese de doutoramento, 2002.
- Vizioli, J. "A Presente Situação da Indústria Açucareira no Estado de São Paulo". *Boletim da Agricultura*, 27 (10) e (11), pp. 330-355 e 399-423, 1926.